



O turismo como um bem comum e o papel da juventude em sua gestão no quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil

The tourism commons and the role of youth in the management: case of the Ivaporunduva Afro-Brazilian community in the Ribeira Valley, São Paulo, Brazil

Mayara Roberta MARTINS^{1*}, Célia FUTEMMA²

¹ Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil.

² Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, Brasil.

* E-mail de contato: may_martins10@hotmail.com

Artigo recebido em 19 de setembro de 2020, versão final aceita em 19 de julho de 2021, publicado em 3 de junho de 2022.

RESUMO: Este artigo teve como objetivo analisar o turismo de base comunitária (TBC) na perspectiva de jovens de uma comunidade Quilombola localizada na região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, Brasil. A questão que orientou esta pesquisa é a seguinte: “O TCB seria capaz de impulsionar os jovens quilombolas a contribuírem em ações efetivas e contínuas, tanto para a gestão do turismo, como para a conservação dos patrimônios?”. A principal característica dessa região é a concentração de remanescentes da Mata Atlântica, áreas protegidas e a forte presença de comunidades tradicionais. O turismo revelou-se um bem comum (*TourismCommons*) dada a gestão comunitária ou autogovernança. Desse modo, o referencial teórico-metodológico utilizado foi a Análise e Desenvolvimento Institucional de Ostrom. Para análise deste estudo de caso, coletaram-se dados qualitativos e quantitativos por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com os principais líderes comunitários. Os resultados indicam que o turismo oferece aos jovens Quilombolas a oportunidade de permanecer em suas comunidades, de investir em capacitação técnica e educacional para a prática de ações mais sustentáveis e de participar de espaços de tomada de decisões da comunidade. A análise institucional realizada por este estudo revela que a gestão comunitária do turismo em Ivaporunduva, com a presença e o papel relevante dos jovens, assume um caráter mais sustentável e, dessa forma, contribui para a proteção do patrimônio cultural e natural local.

Palavras-chave: turismo de base comunitária; juventude rural; patrimônio cultural; patrimônio natural; comunidades quilombolas.

ABSTRACT: This article aimed to analyze community-based tourism (TBC) from the young people perspective from an Afro-Brazilian community located in the Ribeira Valley region, in the State of São Paulo, Brazil. The main research question was: would the TCB be able to encourage young quilombolas to contribute to effective and continuous actions towards both the management of tourism and the conservation of natural and cultural heritage? The main feature of this region is the concentration of remnants of the Atlantic Forest, protected areas, and the strong presence of traditional communities. Tourism is revealed to be a common good (Tourism Commons) due to its community-based management or self-governance. Thus, the theoretical and methodological framework used was Institutional Analysis and Development (Ostrom, 1990). For the analysis of this case study, qualitative and quantitative data were collected through semi-structured interviews conducted with the principal community leaders. The results indicate that tourism offers young Afro-Brazilian the opportunity to stay in their communities, to invest in technical and educational training towards sustainable goals, and to participate in community decision-making processes. The institutional analysis conducted in this study reveals that community management in Ivaporunduva, with the presence and the relevant role of young people, leads to more sustainable tourism, thus contributing to the conservation of the local cultural and natural heritage.

Keywords: community-based tourism; rural youth; cultural heritage; natural heritage; Afro-Brazilian communities.

1. Introdução

O turismo é um fenômeno social e econômico que possibilita vivências e experiências entre residentes e turistas¹ e revela possibilidades de aprendizados múltiplos entre diferentes culturas e povos (Chambers, 2000; Urry, 2001; Salgueiro, 2002). Entretanto, a complexidade das atividades turísticas exige constante atenção à qualificação dos recursos humanos, a partir de novas concepções dos serviços turísticos, que exige aperfeiçoamentos técnicos e profissionais constantes e de modo desafiador

(Panosso Netto & Gaeta, 2010).

Segundo Beni (2006), sabe-se que existe um enorme potencial para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, no entanto, num contexto de desigualdades sociais, como produzir experiências de turismo mais “sustentáveis” para as comunidades locais e seus visitantes? Desse modo, o foco deste trabalho foi direcionado ao entendimento do turismo como um bem de base comum de uma comunidade Quilombola² de Ivaporunduva, localizado no Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, Brasil. Neste contexto, a atividade turística tem sido organizada

¹ O termo turista significa visitantes temporários que permanecem no mínimo 24 horas numa localidade fora de seu entorno habitual, ou seja, com a inclusão do pernoite. Também existe a referência à tipologia conhecida como excursionistas, como sendo os visitantes temporários que permanecem menos de 24 horas num local fora de seu entorno habitual, ou seja, sem o pernoite. São também conhecidos como visitantes de um dia. Para este estudo será utilizado o termo turista ou visitante, sendo este segundo mais abrangente, já que se refere à pessoa que visita uma localidade, que não seja a sua residência, por qualquer motivo durante um período inferior a um ano (OMT, 2001, p.38; Beni, 2006).

² Conforme O'Dwyer (1995), o sentido sobre a palavra quilombo assumiu novos entendimentos conforme a literatura como algo que se refere a grupos, indivíduos e organizações afrodescendentes. Entretanto, segundo o autor, a identidade quilombola não pode ser definida pelo tamanho do grupo, mas pelo histórico de experiência vivenciada, trajetórias similares e que constituem a continuidade do próprio grupo de indivíduos. Portanto, são denominados como grupos étnicos conforme a antropologia, já que possuem um tipo de organização que lhes conferem um pertencimento comum por meio de normas, que indicam o sentido de agregação (ou exclusão) deste grupo.

pela comunidade com o foco na diversificação socioeconômica e de conservação dos recursos naturais e culturais.

Como recorte analítico, utilizou-se a análise do Turismo de Base Comunitária (TBC) como estratégia de desenvolvimento territorial e de conservação do patrimônio natural e cultural (Okasaki, 2008; Bartholo *et al.*, 2009) na perspectiva dos jovens da comunidade³ rural de Ivaporunduva (com idades entre 18 a 35 anos), que participaram (ou não) da organização da atividade turística ou de outras atividades (agrícolas e não-agrícolas) como, por exemplo, artesanato, roças tradicionais e/ou projetos socioambientais. A comunidade está organizada (Taylor, 1995) por meio da agricultura voltada para o autoconsumo e mercado, com técnicas agrícolas que foram transmitidas e aperfeiçoadas através de gerações dos remanescentes de quilombos.

Além disso, justifica-se esse estudo por evidenciar a questão dos valores e costumes comunitários e seus modos de vida, a partir de um turismo que promove a integração sociedade-ambiente no contexto do Bioma Mata Atlântica (Adams, *et al.*, 2013; Futemma *et al.*, 2015). Vale ressaltar que a região do Vale do Ribeira ganhou notoriedade, nas últimas décadas, por ser considerada um dos principais *hotspots*⁴ de biodiversidade do mundo

(Myers *et al.*, 2000). Já sobre a temática do turismo e meio ambiente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) declarou o ano de 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável (UNWTO, 2016), ressaltando a importância da integração entre os três principais eixos da sustentabilidade: econômica, social e ambiental (Swarbrooke, 2000; UNWTO, 2016).

Neste sentido, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: “O Turismo de Base Comunitária, o TBC, caracterizado pela autogestão, seria capaz de impulsionar os jovens quilombolas a contribuírem em ações efetivas e contínuas, tanto para a gestão do turismo, como para a conservação de seu patrimônio natural e cultural?”. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar como se dá o processo de auto-organização do turismo como um bem comum, tendo como foco a participação dos jovens (Sinnott & Lyons, 2003).

Para analisar o turismo na comunidade de Ivaporunduva, optou-se pelo método de estudo de caso a partir da adoção do arcabouço teórico e metodológico da Análise Institucional e Desenvolvimento - IAD *Framework*, que foi desenvolvido por Ostrom e sua equipe de pesquisadores da Universidade de Indiana em *Bloomington*, Estados Unidos (Ostrom, 1990, 2005; Ostrom *et al.*, 1994; Hess, 2008).

³ Muitos teóricos tentaram definir a noção de “comunidade”. Dentre eles, podem se destacar a definição de Weber (1973, p. 140), onde comunidade seria “uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentido subjetivo (afetivo ou tradicional) dos participes da constituição de um todo”. Além da forte característica de união por laços de amizade, parentesco e vizinhança (Tönnies, 1973). Entretanto, para Bauman & May (2010), “comunidade” seria um grupo de pessoas não claramente definidas nem circunscritas, mas, que concordem com algo que outras rejeitam e que, com base nessa crença, atestem algum tipo de autoridade. É uma disposição natural para estar junto e caracterizado como um elo espiritual. O acordo ou a disposição para tal é a base que sustenta todos numa comunidade. Os laços entre os sujeitos explicam quem são eles, seus códigos e obrigações que determinam seu pertencimento (Bauman & May, 2010).

⁴ Myers *et al.* (2000) denominou como *hotspots* como a interseção de uma elevada concentração de espécies que não são encontradas em nenhuma outra parte e de níveis elevados de fragilidade de destruição, assim pode-se salvar um maior número de espécies em uma menor área e a custos menos elevados.

1.1. *O turismo como bem comum e o arcabouço teórico-metodológico da Análise Institucional e Desenvolvimento (IAD)*

De acordo com a teoria dos Comuns (*Commons*), os bens comuns referem-se aos recursos físicos ou materiais, como, por exemplo, água, pesca, pastagens, atmosfera e florestas (Poteete *et al.*, 2011). Entretanto, em estudos mais recentes, ampliou-se o escopo sobre bens comuns, sendo reconhecidos os seus aspectos mais intangíveis ou imateriais, os bens comuns não convencionais como, por exemplo, o conhecimento, a linguagem, a informação e a internet entre outros (Hess & Ostrom, 2007), que são marcados pelo dilema social entre o oportunismo e a cooperação dos indivíduos e pelo compartilhamento de bens (Briassoulis, 2002; Yabuta, 2011). E o Turismo de Base Comunitária (TBC) apresenta esse atributo de ser um bem compartilhado e gerenciado coletivamente.

Para Bollier (2013), os bens comuns também são constituídos por valores essenciais como: a participação, a inclusão, a equidade, o controle de baixo para cima, a inovação baseada na comunidade e a responsabilidade compartilhada. Assim, as decisões coletivas são tomadas por um grupo e resolvidas por eles. Portanto, entende-se que os bens comuns se referem a recursos compartilhados e governados por um grupo de pessoas, seja ele um grupo pequeno, de base comunitária ou por um grupo maior, no nível global (Ostrom, 2005). De acordo com Rifkin (2014), os bens comuns seriam, portanto, recursos administrados de forma democrática e usados coletivamente por meio de decisões, sanções, punições, normas e protocolos como códigos de governança.

Para este estudo, concorda-se com a definição

de Ostrom (2005) dos bens comuns que requer uma auto-organização com base em ações coletivas, ou seja, envolvimento de dois ou mais indivíduos com um mesmo objetivo. Para esta análise, foi adotado o modelo de Análise Institucional e Desenvolvimento (*Institutional Analysis and Development*– IAD) proposto por Ostrom *et al.* (1994). O IAD permite analisar os atores sociais envolvidos na gestão do turismo comunitário composto por regras locais, ou seja, por um arranjo institucional de base comunitária. De modo geral, a análise institucional advém de discussões enraizadas, principalmente, nas áreas das ciências econômicas e da ciência política, tendo como base a teoria da escolha racional (*rational choice*) (Ostrom, 1999a).

O modelo contempla análises relativas ao acesso de informações, aos tipos de ações dos indivíduos, aos padrões de interação entre os indivíduos e as regras que definem a estrutura institucional. Segundo Ostrom (2005), as instituições são regras que organizam as interações sociais e podem ser formais (ex. leis, contratos) ou informais (constituídas historicamente por um grupo, como costumes e crenças), que moldam os comportamentos dos indivíduos em determinado contexto. A escolha racional reconhece que os atores sociais são unidades de decisão autônomas e o processo de tomada de decisão depende de fatores múltiplos e multiníveis, entre eles o acesso às informações (Costa & Futemma, 2006).

Na Figura 1, apresenta-se o mapa conceitual do IAD *Framework*, sendo um modelo adaptável e composto pelas variáveis exógenas – condições físicas e materiais, atributos da comunidade e as regras em uso –, a arena de ação (situação de ação e atores), os critérios de avaliação e os potenciais resultados associados. A cada combinação de ações

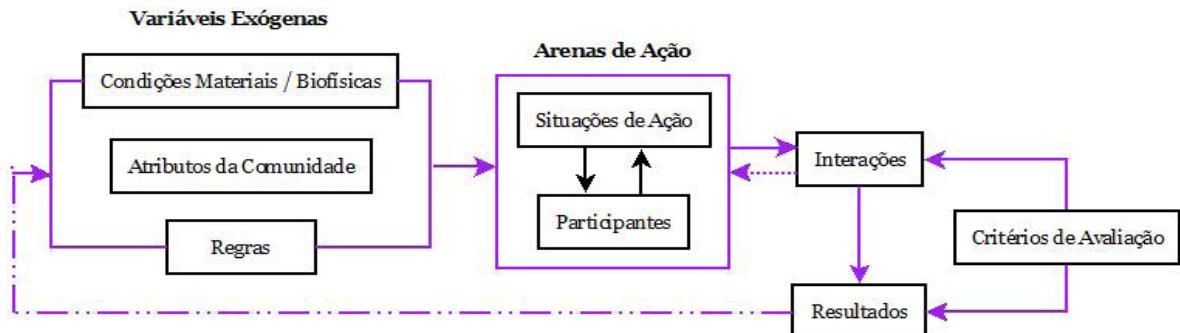


FIGURA 1-Modelo da Análise Institucional e Desenvolvimento (IAD *Framework*).

FONTE: Adaptado de Ostrom *et al.*, (1994); Manfredo (2017).

para a resolução de problemas e que podem voltar a sofrer interferências e novamente adquirir um novo padrão de uma resolução de ação coletiva (Poteete *et al.*, 2011).

Conforme Ostrom (1990), a análise dos fatores externos que afetam a ação-situação são: a) os atributos das comunidades que tratam as características dos grupos ou indivíduos envolvidos na situação em análise, sejam culturais, sociais, econômicas e/ou políticas, neste caso, tratam-se dos jovens, lideranças e demais membros da comunidade envolvidos no turismo; b) os atributos do ambiente físico que se referem aos aspectos ecológicos e/ou biofísicos, incluindo-se a infraestrutura e as características biofísicas do território quilombola; c) as instituições ou regras, que ordenam as relações entre os atores, ou seja, prescrevem restrições aos comportamentos dos indivíduos, que neste estudo, são as regras da comunidade para gerenciar a atividade turística.

A arena de ação é o espaço institucional onde ocorre a negociação e as tomadas de decisão voltadas para a gestão do TBC e é formada por: a) o conjunto de participantes, que são os indivíduos

que enfrentam um problema de ação coletiva; e b) as situações de ação, que trata da ação coletiva em si e definem ou afetam os padrões de interações entre os atores sociais. Nas arenas de ação, cada ator pode ser visto como um indivíduo único, ou um grupo que funcione como um ator centralizado. Deste modo, cada ator em uma arena, pode ser caracterizado por quatro classes de variáveis: a) a forma como os atores adquirem, processam, retêm, usam a informação e o conhecimento sobre as situações; b) as preferências de um ator relacionadas a ações e resultados; c) os processos conscientes ou inconscientes que os atores utilizam para a seleção ou escolhas de uma determinada ação; e d) os recursos que os atores trazem para a situação (Ostrom, 1999b; 2005).

Portanto, a escolha desse arcabouço teórico, IAD, para analisar o turismo se apoia na premissa de que há uma auto-organização comunitária voltada para o turismo, por meio da elaboração de regras e do estabelecimento de acordos comunitários para uma atividade alternativa de renda financeira e de baixo impacto socioambiental e cuja continuidade

depende do envolvimento dos jovens da comunidade.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa com base em um estudo de caso (Yin, 2010), que envolveu uma intensa análise das situações, das informações e da coleta de dados oriundos de trabalho de campo (investigação empírica) de um dado fenômeno social e dos desdobramentos das situações. Entretanto, o estudo de caso tende a sofrer mais por ser um método aberto às influências dos sujeitos pesquisados. Dessa forma, coube ao rigor do planejamento das etapas de campo, com a coleta das informações, a seleção dos entrevistados e a sistematização dos dados, para diminuir possíveis críticas referentes à escolha metodológica (Gil, 1999).

A unidade de análise foi o turismo como bem comum (*tourism commons*) e o papel dos jovens do Quilombo de Ivaporunduva para a gestão desse serviço ou bem comum. Nesta pesquisa, o foco no jovem explica-se pelo fato de que a continuidade da atividade turística na comunidade depende do envolvimento e interesse dessa geração, uma vez que as lideranças – e que foram os pioneiros – estão envelhecendo e há necessidade de se “passar o bastão” para a geração futura.

De acordo com Freitas (2005), a delimitação do período juvenil é relativa, já que pode ser ampliada para mais ou menos idade, depende das condições sociais, psicológicas e comportamentais de cada caso. A juventude é um período marcado pela transição entre a infância e a vida adulta e que envolve constantes interferências do local onde estes indivíduos estão vivenciando suas mudanças físicas,

comportamentais, histórico-sociais e psicológicas, quando o indivíduo adquire maturidade sexual e se torna social e financeiramente autônomo em relação aos seus pais (Bennell, 2007; Hodkinson, 2007).

Os jovens selecionados para a composição da amostra foram apontados primeiramente pelos informantes-chave (lideranças mais velhas) e, depois, a partir da indicação de um entrevistado jovem que conhecia outros jovens, sendo, portanto, uma amostra probabilística não-intencional (Almeida, 1989). Foram aplicados ao todo 35 questionários (Minayo, 2000; Marconi & Lakatos, 2010) para jovens de 18 a 35 anos moradores da comunidade Quilombola de Ivaporunduva, dentro de um universo populacional de 350 moradores de todas as idades. Portanto, a coleta representou cerca de 10% do total de moradores da comunidade (Santos & Tattó, 2008). Da amostra de entrevistados, 68,6% (24 participantes) são do gênero feminino e 31,4% (11 participantes) do gênero masculino.

A justificativa do critério de idade até 35 anos se aplica no caso de jovens rurais, já que as rápidas mudanças contemporâneas atrasam sua independência plena com relação às unidades familiares de origem (Nascimento, 2013). Para obter mais informações sobre os jovens e o contexto comunitário no qual eles se encontram, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro jovens Quilombolas, sendo essas gravadas em áudio e transcritas (Minayo, 2000). Houve um período prévio de pesquisa documental, o que permitiu ter o acesso à produção científica de terceiros, relatórios técnicos, publicações de organizações, legislação, estatísticas oficiais, imagens, vídeos e documentários (May, 2004; Oliveira, 2007). Aplicou-se a técnica de pesquisa de observação participante, que foi utilizada como recurso de análise para tentar

perceber as ações, sequência dos eventos, como os indivíduos se relacionam e seus respectivos papéis desempenhados em grupos sociais (May, 2004).

Na execução da pesquisa empírica foram escritos diários de campo como instrumento de coleta de dados, que consistiu em anotações sobre o cotidiano, registros de declarações e interpretações sobre o objeto de estudo (Malinowski, 1978; Triviños, 1987). A utilização dessas técnicas colaborou com a compilação de um banco de imagens (fotografias), que auxiliou o processo de análise e a descrição dos eventos no trabalho de campo. A pesquisa de campo foi realizada por etapas de pré-campo e campo, nos períodos de janeiro/2015 a maio/2016, obtendo-se o aceite da comunidade de Ivaporunduva (Martins, 2018) e o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP (nº do CAAE 48871315.8.0000.5404). Novas informações foram atualizadas até o ano de 2020, já que se manteve o contato com alguns informantes-chave da comunidade estudada.

2.1. Área de estudo: a comunidade de Ivaporunduva e o circuito Quilombola do Vale do Ribeira

Este estudo foi realizado no Quilombo de Ivaporunduva, localizado na área rural do município de Eldorado no Estado de São Paulo, no Vale do Ribeira. Esta região está situada na Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e compõe o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, entre o extremo sul do estado de São Paulo e a parte norte do estado do Paraná (UNESCO, 2005), que corresponde à maior área contínua de remanescentes de florestas de Mata Atlântica, floresta ombrófila

densa (Joly *et al.*, 1999; UNESCO, 2005). Segundo Ribeiro *et al.* (2009) estimativas recentes revelaram que resta algo entre 11,4% e 16% de Mata Atlântica preservada no Brasil, deste percentual cerca de 23% estão localizados no Vale do Ribeira.

O Vale do Ribeira Paulista (Figura 2) possui 18.075,27 km² em extensão territorial com uma população total de 443.325 habitantes, sendo que 114.821 pessoas (25,94%) vivem em áreas rurais, conforme dados populacionais do censo do IBGE (2010) (Figura 2).

Dessa maneira, a região é composta por 23 municípios e se subdivide em três sub-regiões: Baixo, Médio e Alto Ribeira. Conforme estudos populacionais recentes, o território é considerado como o menos povoado e o menos desenvolvido em termos econômicos do estado de São Paulo. Desse modo, apresenta de médio a baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,695, o que corresponde a níveis críticos de acesso à educação, alta mortalidade infantil e analfabetismo, além de apresentar baixa renda per capita (Hogan, *et al.* 1999; IBGE, 2010).

A partir do período colonial português até o fim do ciclo do ouro no século XVII, as primeiras comunidades rurais negras começam a ocupar a região, desenvolvendo uma agricultura que também abastecia o consumo regional e de outras regiões do país, com destaque para o cultivo do arroz. Nas primeiras décadas do século XX, a região se destacou pela agricultura de subsistência realizada por diferentes grupos sociais, tais como indígenas, caipiras, caiçaras, imigrantes europeus, japoneses e quilombolas, entre outros (ITESP, 1998; Queiroz, 2006; Ribeiro *et al.*, 2009; Ribeiro Filho, 2015). Por fim, o desenvolvimento das lavouras de chá e de banana (Hogan *et al.*, 1999). Esse último produto

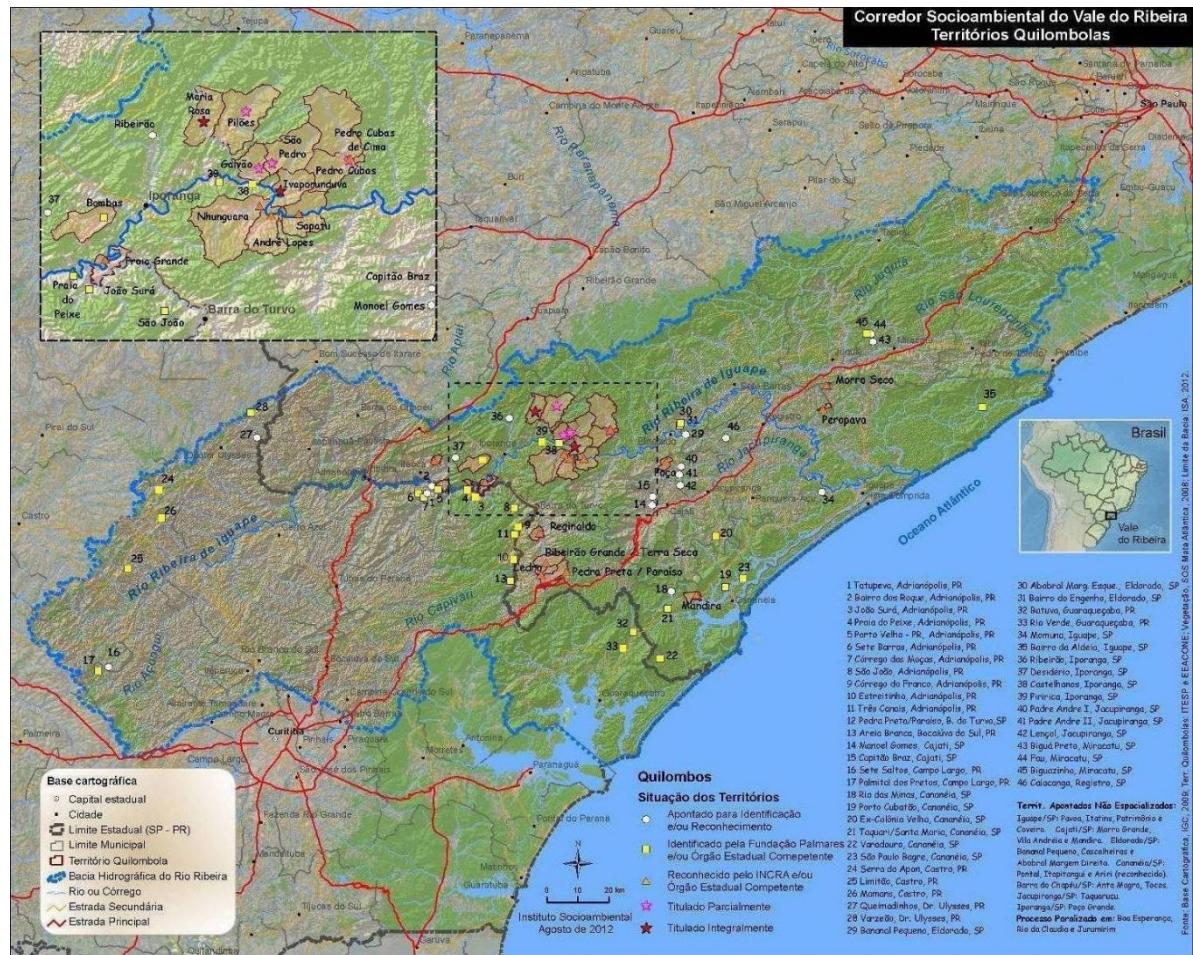


FIGURA 2 – Delimitação do Corredor Socioambiental do Vale do Ribeira e os Territórios Quilombolas, incluindo a comunidade de Ivaporunduva (quadrante superior esquerdo).

FONTE: Andrade & Tattó (2013).

se destaca, até o presente momento, na paisagem do Vale do Ribeira junto com os remanescentes florestais atuais de Mata Atlântica (Santos & Tattó, 2008).

Depois, a região se configurou pela importância da questão ambiental, principalmente no final da década de 1950 com a criação das primeiras

áreas protegidas, como o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, entre Apiaí e Iporanga, criado pelo Decreto Estadual nº 32.283 de 19 de maio de 1958. No Vale do Ribeira, os territórios quilombolas estão situados no corredor biológico entre o Alto e o Médio Vale do Ribeira, incluindo

os Parques Estaduais de Jurupará, Intervales, Carlos Botelho, PETAR e a Estação Ecológica de Xitué e, ainda, o Mosaico Jacupiranga e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Santos & Tattó, 2008). Entretanto, essas áreas foram, historicamente, ocupadas por comunidades tradicionais como caiçaras, grupos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Esses grupos sociais, portanto, manejaram sua produção agrícola mesclando aspectos socioculturais e religiosos, a partir de uma forte relação com a presença da biodiversidade da Mata Atlântica (Munari; 2010; Braga *et al.*, 2015).

Para incentivar o turismo nas UCs foi criado o “Círculo de Cavernas da Mata Atlântica”, que foi organizado pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo em parceria com as comunidades Quilombolas do entorno. Este roteiro turístico foi inserido no contexto de desenvolvimento regional e dos fluxos de visitação pública às áreas unidades de conservação de proteção integral como o Parque Estadual Caverna do Diabo, o PETAR e o Parque Estadual Intervales (PEI) do Vale do Ribeira. Desse modo, por meio da Fundação Florestal, houve ações específicas de capacitação e treinamento dos monitores ambientais para o atendimento aos visitantes (Martins, 2018).

As comunidades Quilombolas estão dentro de uma Área de Proteção Ambiental – APA Quilombos do Médio Ribeira –, que faz parte das zonas de amortecimento dos parques, acima citados.

Nessa área, concentra-se a maioria dos territórios Quilombolas, incluindo-se Ivaporunduva. Até a última atualização de dados dos Planos de Manejo do Estado de São Paulo, em 2020, essa APA ainda não tinha o Plano de Manejo (Fundação Florestal, 2020). Entretanto, a mesma está contida nas áreas de amortecimento dos parques estaduais que já têm os Planos de Manejo com ações e objetivos que envolvem as questões ambientais e as populações tradicionais do entorno.

Como muitos dos monitores locais eram moradores das comunidades Quilombolas, em paralelo, surgiu um roteiro específico para a APA Quilombo Médio Ribeira, que foi a criação em 2009, do chamado de “Círculo Quilombola”⁵. Foram incluídas 14 comunidades quilombolas mais propensas a receber turistas e visitantes, com ações de planejamento e gestão por meio da articulação de grupos interessados, sensibilização, estruturação turística, elaboração de um *site* e de materiais de divulgação (*folders*) por meio de um projeto coordenado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e com o financiamento de edital via Ministério de Desenvolvimento Agrário (antigo, MDA) (Andrade & Tattó, 2013; Martins, 2018).

Nesse contexto, como essa pesquisa trata do desenvolvimento do turismo comunitário, selecionou-se a comunidade Quilombola de Ivaporunduva, já que essa foi a única em que obtivemos autorização comunitária para realizar a pesquisa e que se

⁵ Deram apoio para a implantação do Círculo Quilombola, a Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACOME), organização vinculada à Igreja Católica, da ordem das Irmãs Pastourinhas (Futemma *et al.*, 2015). Além disso, houve a colaboração do Ministério do Meio Ambiente e das Secretarias Especiais de Promoção de Políticas Públicas de Igualdade Racial (antiga SEPPIR) e da Fundação Palmares. Participaram as Secretarias Estaduais: do Meio Ambiente (via Projeto Ecoturismo na Mata Atlântica), do Esporte e do Turismo e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo -ITESP (ITESP, 1998; Andrade & Tattó, 2013, Martins, 2018). A etapa de implantação finalizou em 2013, após as três etapas: 1) Planejamento Participativo, 2) Inventário Turístico e 3) Divulgação Turística, que contou com a participação das comunidades de: Mandira, Pedro Cubas, Sapatu, André Lopes, São Pedro e Ivaporunduva.

apresenta mais estruturada e consolidada, com um centro de visitantes e uma pousada (com capacidade para o pernoite de até 120 pessoas). Além de oferecer serviços turísticos específicos para agências de viagens e turismo com atividades pedagógicas (com ou sem pernoite), tendo como público-alvo crianças e jovens de escolas de ensino fundamental e médio. Além dos jovens estudantes, a comunidade apresenta condições de receber e dar apoio a pesquisadores, técnicos de extensão e profissionais da área ambiental e turismo, vinculados tanto aos estudos culturais, como ecológicos e agrícolas.

A comunidade de Ivaporunduva recebe uma média de 16 mil turistas por ano (Martins, 2015). O intuito da comunidade foi ressaltar os intercâmbios culturais, bem como o uso público de seus patrimônios naturais e culturais locais^{6 7} e o princípio de bem-estar para as comunidades pelo mundo (OMT, 2017). A participação dos jovens no turismo comunitário foi incentivada como forma de estímulo de permanência, retorno e de continuidade de seus estudos. A comunidade era composta por 110 famílias, que em termos numéricos corresponde a 347 pessoas, sendo que desse total, 60% são compostos por crianças e jovens com idade inferior a 30 anos de idade (Andrade & Tattó, 2013), o que evidencia a importância de pesquisas focadas na juventude quilombola e nos processos de sucessão familiar nos territórios.

3. Resultados e discussão

3.1. Gestão do turismo de base comunitária (TBC) e a análise institucional

O turismo em Ivaporunduva começou a despertar um interesse comunitário no início da década de 1990, principalmente, com a vinda de alguns visitantes em decorrência da visitação aos parques estaduais do Vale do Ribeira (SP) (Martins, 2018). No entanto, apenas entre 1999 e 2001, o turismo entrou para a agenda de desenvolvimento da comunidade. Depois de uma longa negociação e preparação interna dos interessados no turismo (sensibilização), que no ano de 2003, algumas lideranças locais viram uma oportunidade mais estruturada para o turismo étnico-cultural, com o foco em aprendizados mútuos e educacionais, com a aprovação da Lei Federal nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que estabeleceu as diretrizes e bases na educação nacional com a inclusão nos parâmetros curriculares nacionais da obrigatoriedade da inclusão da temática "*História e Cultura Afro-Brasileira*" (Cruz, 2016), criando assim a oferta específica para uma visitação de cunho étnico, sociocultural, ambiental e pedagógico.

O modelo de turismo adotado em Ivaporunduva pelas lideranças locais foi da gestão coletiva, a qual envolve os moradores do quilombo, uma vez que já há um forte senso de comunidade sob as lideranças locais com experiência, respeitadas e

⁶ Em julho de 2015, a Profa. Dra. Cristina Adams (USP) concedeu uma entrevista para a Rádio USP sobre tradições agrícolas nas Comunidades do Vale do Ribeira. Para ver a entrevista na íntegra, acesse <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/07/03/ecologa-fala-sobre-tradicoes-agricolas-em-comunidadesquilombolas-do-vale-do-ribeira/>.

⁷ Em junho de 2015, como atividade de divulgação científica, a Profa. Dra. Célia Futemma (UNICAMP) e a Profa. Dra. Cristina Adams concederam uma entrevista para a Revista de Pesquisa da FAPESP. A versão on-line desta reportagem está disponível no endereço eletrônico: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/06/16/com-os-pes-fincados-na-historia/>

legitimadas pelos pares (Martins, 2018). Portanto, caracteriza-se por ser um TBC e pela autogestão ou autogovernança (Ostrom 1990), ou seja, há todo um trabalho coletivo de coordenação e articulação em prol do turismo. Dessa maneira, o modelo teórico de Análise Institucional e Desenvolvimento (IAD) proposto por Ostrom (1990) e colaboradores (Ostrom *et. al.*, 1994) permite analisar os vários elementos que compõe a gestão comunitária do turismo em Ivaporunduva (Figura 3).

Nas variáveis externas, compostas por atri-

butos ecológicos e físicos (Figura 3), é importante destacar o patrimônio natural, pelas parcelas de remanescentes de mata atlântica no território do quilombo e o rio Ribeira de Iguape. O manejo dos recursos naturais com impacto ambiental reduzido e por meio de mobilização social (Gohn, 2008) envolve ação coletiva e formação de capital social (Putnam, 1993) anterior ao desenvolvimento do turismo na comunidade, principalmente por conta de ameaças como a mineração e/ou barragens hidroelétricas (Santos & Tattó, 2008). A questão

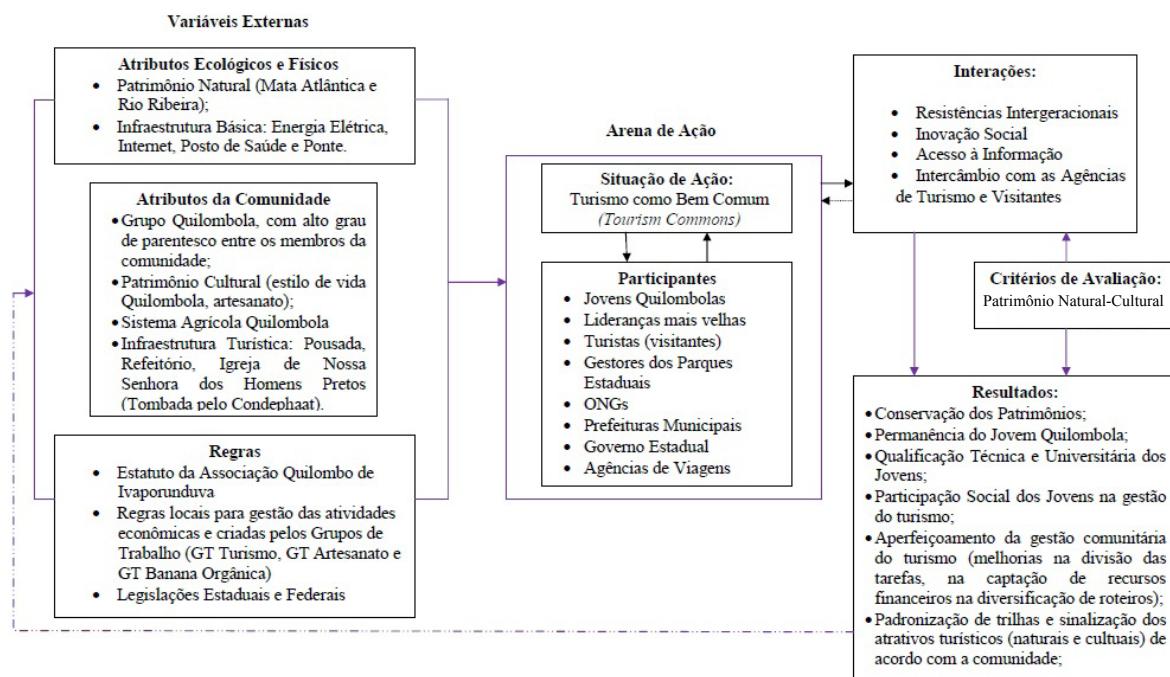


FIGURA 3 – IAD Framework *Tourism Commons* do Quilombo de Ivaporunduva.

FONTE: Modificado de Ostrom (1999a) e Manfredo (2017).

ambiental é um compromisso dialético na relação da comunidade com os visitantes, desde o protagonismo comunitário nas parcerias com agentes externos em projetos socioambientais, na comunicação do tema ambiental na atividade turística, apontado como essencial nas narrativas da luta pelos direitos territoriais e pelo manejo sustentável dos recursos naturais (Leff, 2011).

Na comunidade existe uma infraestrutura básica para a integração local e regional, tais como energia elétrica, *internet* comunitária, celulares, telefone comunitário (popular “orelhão”), uma pousada comunitária (Figura 4) para a hospedagem de visitantes e sala multiuso para cursos e capacitações, além do espaço histórico e cultural da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e da Sede da Associação (“barracão”). São espaços comunitários onde acontecem as principais reuniões e festividades (Martins, 2018).

Ademais, contam com máquinas agrícolas



FIGURA 4 – Pousada da Comunidade de Ivaporunduva.

FONTE: Martins (2018).

de uso coletivo, ponte e balsa para travessia do rio Ribeira, escola municipal e posto de saúde. Essa estrutura física reforça os modos de vida e do compromisso comunitário, por meio de seus comportamentos individuais e coletivos, que realçam os valores simbólicos e a identidade comunitária e, são fundamentais para viabilizar e operacionalizar o turismo local.

Os atributos comunitários (Figura 3) apontam como principais características a confiança e a reciprocidade entre os quilombolas, principalmente pelo alto grau de parentesco entre os moradores da comunidade. De acordo com o Inventário Socioambiental (Andrade & Tattó, 2013) e o trabalho de campo desta pesquisa confirmaram a presença de sete “famílias núcleos”, nas quais são frequentes a relação de compadrio e parentesco (Woortmann, 1995). A heterogeneidade do grupo foi relacionada com a idade, o gênero, o *status* social ou a residência salientada principalmente pelos jovens, que participavam da organização do turismo. Em Ivaporunduva, o jovem adulto mesmo sendo casado e com filhos, ainda dependia da legitimidade ou consentimento dos mais velhos do grupo para exercer seu papel de liderança. A liderança local volta-se para as atividades da associação e dos grupos de trabalho designados na estrutura de funcionamento da gestão coletiva quilombola.

Concordando com Woortmann (2004), a velhice foi algo muito reflexivo e controverso. A coesão social foi mantida por essas lideranças mais velhas, já que estes foram considerados detentores de autoridade, tanto na família como na comunidade, além de serem os detentores da memória social e ocuparem uma posição de identidade do grupo, bem como, de servirem como guias para os mais jovens (Woortmann, 2004).

A maioria dos jovens entrevistados (54,3%) já tinha, pelo menos, um filho e com renda familiar autônoma. Os considerados “jovens” pela comunidade, ainda não seriam os detentores de um notório saber, que é um atributo local de uma liderança consolidada, mesmo já ocupando a posição ou cargo de presidente da associação ou como coordenadores de grupos de trabalho. Ainda prevaleciam as decisões coletivas e legitimadas pelas lideranças mais antigas da comunidade. Os jovens envolvidos com o turismo foram aqueles considerados como potenciais lideranças para promover o turismo local e buscar agregar a valorização do território quilombola por meio da pluriatividade (Wilson, 2008; Marsden; 2003; Martins & Futemma, 2012; 2013).

No que se refere às questões de identidade local, destacou-se, portanto, por meio dessa estrutura comunitária e familiar, a diversidade do patrimônio cultural presente no quilombo de Ivaporunduva, bem como nas comunidades do entorno. O estilo de vida neste quilombo é marcado pelo cotidiano entre as atividades agrícolas da roça e os encontros entre amigos nos espaços coletivos presentes no centro da vila, tais como o barracão, a capela e a praça central. Nos finais de tarde, a maioria das pessoas se encontra para interagir com parentes e amigos que moram mais próximos ou distantes e conseguir o sinal melhor de internet, via *wi-fi*.

Além disso, destacam-se no cotidiano dessa comunidade, a organização de grupos para a confecção do artesanato local feito com a fibra da bananeira (*Musasp*) e cipós nativos. Neste grupo, predominam as mulheres. As festas comunitárias e os forrós, também, marcam os finais de semana das comunidades quilombolas, com apresentação de grupos musicais para uma animação cultural típica dos moradores, mas não aberta para os turistas, de

modo a preservarem as atividades de lazer e entretenimento apenas para os familiares e amigos. Os campeonatos de futebol entram nesse rol de atividades, já que existe uma organização interna de esportes na comunidade, tanto para o futebol de campo como de quadra para grupos de homens e mulheres, que também se subdividiram em pequenos grupos responsáveis por treinos semanais e na organização de pequenos torneios entre times das comunidades da região (Andrade & Tato, 2013; Martins, 2018).

Com a valorização dos modos de vida quilombola, a comunidade conta com uma infraestrutura turística específica (Figura 4): a Pousada e o Refeitório que foram organizados na mesma estrutura de edificação, a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico— CONDEPHAAT (CONDEPHAAT, 2020), órgão subordinado à Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo (Andrade & Tato, 2013; CONDEPHAAT, 2020). Assim, parte do espaço comunitário torna-se parte do espaço visitado pelos turistas, onde os visitantes viajam, através das narrativas das lideranças locais, nas histórias de formação e das primeiras famílias do território, o histórico de lutas e do trabalho agrícola.

Após, esses relatos orais, os visitantes são convidados a participar de uma imersão cultural propiciada pela organização turística para realizar um *tour* (passeio) pela comunidade. Para o gerenciamento coletivo de toda a estrutura turística, é fundamental ter um conjunto de regras que regulamente e dê suporte à coordenação das atividades (Figura 3).

Conforme North (1990) é por meio das regras

que os indivíduos definem a utilização, o acesso, a gestão e o monitoramento de bens e serviços. Contudo, a elaboração de regras não foi uma tarefa fácil, exigiu-se certo tempo e uma sucessão de erros e acertos até se obter um conjunto de regras para gerenciar o turismo em Ivaporunduva, conforme argumenta Ostrom (1999b), que os indivíduos aprendem com os seus erros e são capazes de elaborar regras para melhorar a estrutura das situações repetitivas que enfrentam.

Para a elaboração das regras voltadas para as atividades econômicas da comunidade, as responsabilidades e os deveres ficam a cargo da Associação Quilombo de Ivaporunduva, que desde 2007, ordena as funções organizacionais e financeiras com as lideranças locais. Para coordenar todas essas funções, criaram três Grupos de Trabalho (GTs) para a agricultura (banana orgânica), o artesanato e o turismo (Figura 5).

A organização da atividade turística na comunidade fica sob a responsabilidade de um ou dois coordenadores (es) geral(is) do turismo (GT de Turismo), que são escolhidos em Assembleia Geral, a cada dois anos. O sistema de trabalho dos integrantes do grupo acontece por meio de um roteiro realizado pela própria comunidade, sendo que atualmente integram este grupo cerca de 80 pessoas (Martins, 2018).

Os coordenadores do turismo (normalmente correspondem a dois membros da comunidade) e ficam responsáveis pelas seguintes atividades: a)



FIGURA 5 – Oficina de Artesanato de Fibra de Bananeira com visitantes.

FONTE: Martins (2018).

contatos iniciais com os visitantes e pesquisadores, por meio de *e-mail* ou telefone (tudo isso quando o sinal da *internet* funciona, já que o sinal é disponibilizado em um único ponto da comunidade, no centro comunitário, sendo o *wi-fi* aberto aos moradores do quilombo); b) agendamento das turmas por dia e horário das atividades; c) esclarecimentos gerais sobre a atividade; d) distribuição das tarefas de preparação da infraestrutura básica de atendimento ao turista (limpeza da pousada, organização dos quartos, preparação das refeições e preparo dos palestrantes para receberem os grupos de visitantes); e) compras de gêneros alimentícios com agricultores quilombolas e, também, em mercados⁸ localizados nas cidades próximas (Eldorado, Registro ou Iporanga) para o abastecimento da dispensa do refeitório; f)

⁸ Para essa pesquisa, a palavra mercado pode ter dois significados gerais. Primeiro, para as ciências econômicas, que conforme Neale (1976) corresponde a uma instituição com leis próprias onde se constitui por fortes estruturas. Já para a história e antropologia, mercado estaria marcado pelo lugar onde há uma reunião para trocas de produtos e/ou serviços também movidos por algum tipo de motivação não-mercantis (reciprocidade, dádiva, parentesco, redistribuição, vizinhança etc) nos distintos tipos de sociedades, subordinadas ao controle de regras éticas, culturais, religiosas e políticas muito além do interesse individual (Polanyi, 1978).

administração e gestão financeira da atividade; e g) divulgação e comunicação do turismo.

Essas disposições sobre a distribuição das tarefas do turismo puderam ser observadas em trabalho de campo, durante o acompanhamento da rotina de trabalho com os quilombolas. Desta forma, além de verificar esta centralidade da atividade, ainda foi possível realizar as principais proposições do roteiro de atividades junto com alguns grupos de visitantes, provenientes de localidades paulistas como: cidade de São Paulo, Embu das Artes, Campinas e Sumaré. Nos últimos anos, o Centro de Educação, Profissionalização, Cultura e Empreendedorismo (CEPCE) foi organizado como uma organização não-governamental (ONG), cujos membros são jovens lideranças, cada um representando uma co-

munidade quilombola mais apta tanto para receber turistas como para receber cursos de capacitação com o intuito de estruturar o Circuito Quilombola, (Martins, 2018).

3.2. A gestão comunitária local e a inserção em múltiplos níveis institucionais

Pode-se considerar que há diferentes níveis de regras institucionais, que direta e indiretamente influenciam a gestão do turismo neste Quilombo. A Figura 6 traz os tipos de marcos regulatórios do Quilombo Ivaporunduva nos níveis local, estadual e federal que influenciam tanto a gestão do turismo quanto a proteção ou salvaguarda dos patrimônios culturais e naturais.

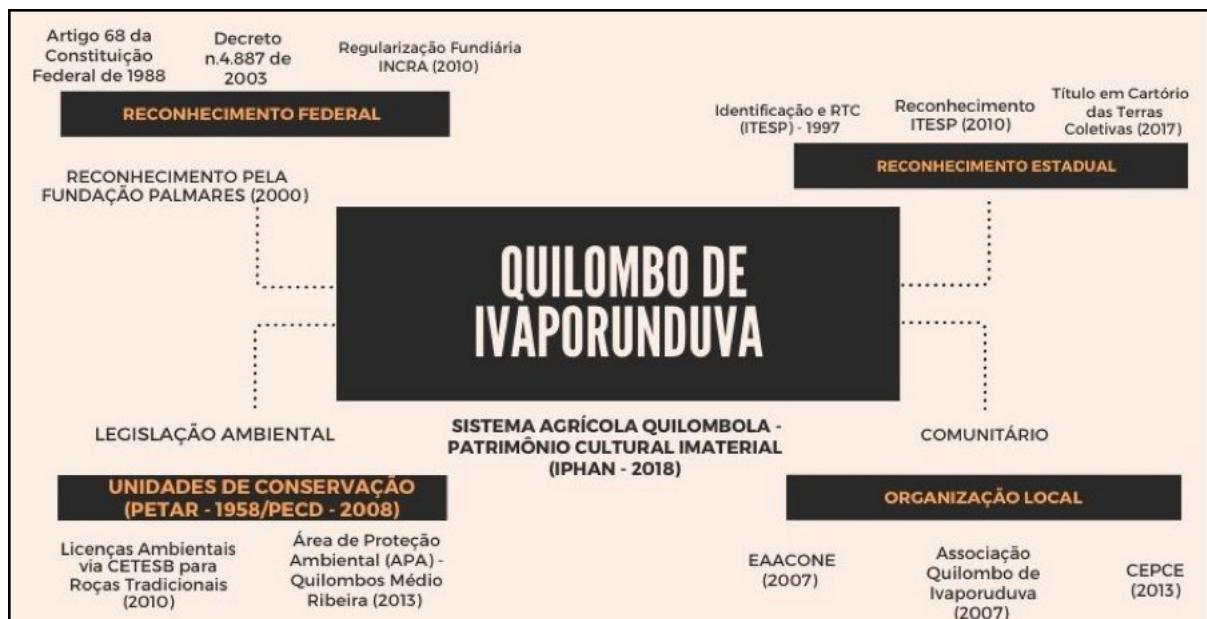


FIGURA 6 – Principais marcos regulatórios atuantes sobre o Quilombo de Ivaporunduva.

FONTE: Andrade & Tattó (2013); Futemma *et al.* (2015); Martins (2018).

O Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito a terra para os descendentes brasileiros de escravos, com a criação do termo território quilombola, instituída como uma terra coletiva, no qual o território pertence a uma comunidade, sendo que esta não terá a permissão de venda, transferência ou aluguel. No nível federal, por meio de decretos e instâncias governamentais, foi instituído um mecanismo de regulamentação das terras, sendo realizado por critérios dos técnicos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP (ITESP, 1998) e o reconhecimento dado por meio da Fundação Palmares, para o acesso às políticas públicas específicas às populações quilombolas como infraestrutura e programas de assistência social (Futemma *et al.*, 2015; Martins, 2018).

As legislações ambientais como o Código Florestal de 2012, exigem a manutenção de uma reserva florestal (Reserva Legal) dentro dos territórios rurais e coletivos. E, manter floresta natural no curso dos rios e corpos d'água, sendo definidas como Áreas de Preservação Permanente (Lei Federal 12.651/12). O território do quilombo está inserido dentro da Área de Preservação Ambiental Estadual, a APA Quilombos do Médio Ribeiro, sob a gestão da Fundação Florestal do governo do estado de São Paulo. A inserção na APA ocorreu, após negociações das comunidades desde a criação do Parque Estadual Turístico do Médio Ribeira (PETAR) e Parque Estadual Caverna do Diabo (PECD), de forma a viabilizar as atividades humanas das comunidades dentro e no entorno de seus territórios (Adams, *et al.*, 2013; Futemma *et al.*, 2015; Martins, 2018).

Entretanto, os quilombolas preferem as áreas que ficam próximas das margens dos rios para o plantio de cultivos diversos (p.ex., milho,

feijão e banana), por esse motivo sempre houve complicações sobre esse tipo de regra, já que seus antepassados sempre fizeram desse modo. Desde 2010, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB passou a emitir uma licença de roçado, ou seja, uma permissão dada aos agricultores quilombolas para que pudessem abrir roçados (áreas de cultivo). Com o auxílio do ITESP, a área que deveria ser cultivada era mapeada e apresentava um relatório técnico para emitir a licença (Adams, *et al.*, 2013; Futemma *et al.*, 2015).

Já como parte do conjunto do patrimônio cultural, que interage diretamente com o natural, insere-se, aqui, como guarda-chuva dessa identidade quilombola, o Sistema Agrícola Quilombola (Figura 3), que foi reconhecido como patrimônio cultural (imaterial) pelo Instituto do Patrimônio, Artístico e Nacional (IPHAN) no ano de 2018 (Pasinato & Adams, 2018). O modo de produção dessas comunidades e o uso da terra com uma integração com a mata atlântica (p.ex., as capoeiras), são considerados resultados de mais de 200 anos de ocupação (Futemma *et al.*, 2015). Além da conexão com a floresta, o sistema agrícola tem um vínculo forte com os aspectos culturais quilombolas, tais como artesanato, gastronomia, dança e cantorias e a religiosidade católica com o sincretismo afro-brasileiro. Com o tombamento do sistema agrícola quilombola como patrimônio cultural imaterial, segundo o Instituto Socioambiental, já houve avanços nas solicitações de emissão de novas licenças, via Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (ISA, 2020).

Portanto, o papel das regras é fundamental para estruturar e organizar a atividade turística, bem como delinear ou regrar o comportamento tanto dos gestores comunitários como dos turistas/visitantes.

3.3. A arena de ação: interações, os critérios de avaliação e os resultados do Turismo de Base Comunitária (TBC)

A arena de ação com foco no TBC, neste estudo (Figura 3), composta por múltiplos atores sociais, que estão envolvidos direta e indiretamente com o turismo em Ivaporunduva. Os participantes (os atores sociais) seriam, principalmente, os jovens quilombolas e as lideranças locais por serem os principais agentes do sistema de interação entre as memórias da história dos quilombolas e do território em si e a continuidade de gestão do próprio território quilombola.

As interações entre os atores sociais (Figura 3) ocorrem, principalmente em reuniões, espaços de tomada de decisão, nas quais vários assuntos da comunidade são abordados. Nas interações, os comunitários se comunicam frequentemente de forma presencial e contribui para fomentar a cooperação entre eles. Essas interações estão imersas na complexidade da própria atividade turística que envolve o planejamento, o controle dos visitantes que acessam o território para não danificar os bens culturais e naturais, a manutenção dos espaços de memória e de convivência dos moradores locais, a resolução de conflitos, entre outras atividades, (Ostrom, 1999a; Briassoulis, 2002; Beni, 2006).

Desse modo, o maior acesso à informação sobre o mercado (p.ex., via *internet*) e os avanços

tecnológicos assimilados mais rapidamente pelos jovens são as chaves para ampliar a participação deles na tomada de decisões com relação ao turismo. A constante demanda por parte do mercado das Agências de Turismo⁹ e de ‘Estudos do Meio’¹⁰ por escolas de ensino fundamental e médio, interessadas nos agendamentos e na comercialização de pacotes turísticos para o TBC, requer maior acesso à informação e modernização dos processos organizacionais. E os mais jovens, portanto, se adaptam mais rapidamente às demandas externas e tecnológicas, o que contribui para o dinamismo da atividade turística e nos modos de gestão.

Por fim, os resultados (*Outcomes*) da gestão comunitária do turismo (Figura 3) em Ivaporunduva com a participação dos jovens revelam um turismo com maior preocupação com a sustentabilidade, ou seja, voltar-se para a conservação de seus patrimônios (natural-cultural). O turismo contribui também para a permanência do jovem que mostrou ser um ator-chave no desenvolvimento da gestão comunitária. No entanto, há a necessidade de maior participação dos jovens como tomadores de decisões dentro da comunidade, principalmente nas assembleias e nas reuniões deliberativas (com poder de voto), assim como do compromisso dos jovens na condução e no aprendizado com as lideranças já consolidadas da comunidade. Essa transferência de poder e responsabilidade intergeracional, dos mais velhos para os mais jovens, é fundamental para a

⁹ Conforme OMT (2001, p.40), as agências de turismo seriam “empresas de serviços, e sua função principal é a intermediação, das quais derivam outras funções que vão desde a informação e assessoramento ao cliente, até a organização de todo tipo de atividade relacionada ao setor de viagens e turismo e a elaboração de seus próprios produtos.

¹⁰ Estudos do Meio podem ser entendidos como um método de ensino interdisciplinar de contato direto com uma dada realidade, rural ou urbana, para estudos e imersões pedagógicas (Lopes & Pontuschka, 2009).

continuidade da autogovernança (Ostrom, 1990) do turismo comunitário de Ivaporunduva.

Além dos jovens, outros atores sociais contribuíram para a atividade turística. O Tabela 1 apresenta os tipos de contribuição de cada participante no turismo de Ivaporunduva e no contexto dos quilombos do Vale do Ribeira. São várias e diferentes contribuições, de cada ator social, para viabilizar o turismo e que revela a complexidade de gerenciar uma atividade multidimensional (sociocultural, econômica, ambiental e político-institucional).

O turismo de base comunitária proporcionou outros benefícios para a comunidade, tais como o aperfeiçoamento contínuo das ferramentas de gestão em si (melhorias na divisão de tarefas, na

captação de recursos financeiros, na diversificação de roteiros) e a padronização de trilhas e sinalização dos atrativos turísticos (Figura 3). E o turismo deu a oportunidade de os jovens se qualificarem técnica e academicamente (o ingresso para o ensino superior), ou seja, um investimento em capital humano (Tan, 2014), que por sua vez, contribui para o aprimoramento da atividade turística e da gestão em si.

Portanto, o envolvimento comunitário aqui não deve ser visto como uma visão “romantizada” de integração dos indivíduos no processo, mas como uma consolidação da dinâmica do turismo (Urry, 2001) que se insere na própria comunidade e de seu cotidiano permeado por atrativos turísticos, que também são os seus patrimônios culturais – natu-

TABELA 1 – Participantes envolvidos no turismo de base comunitária (TBC) e suas contribuições.

Participantes	Tipo de Contribuição no Turismo
Jovens Quilombolas	Empreendedorismo e sucessão familiar e gestão comunitária
Lideranças locais	Histórico Institucional e de continuidade do território coletivo
Turistas	Lazer, diversão e cultura e propagadores de informação
Gestores dos Parques Estaduais (FF)	Gestão e fiscalização Ambiental, integração da comunidade com o uso público de áreas protegidas e capacitações.
ONG's (ISA, EAACONE, CEPCE)	Assistência Técnica e Jurídica sobre os territórios, capacitações e projetos.
Prefeituras Municipais (Eldorado e Iporanga)	Abastecimento Agroalimentar, transporte escolar, conselhos municipais de turismo (COMTur) e continuidade de políticas públicas nos territórios quilombolas (saúde, saneamento básico e acessos)
Governo Estadual (ITESP, CETESB)	Assistência Técnica no campo, regulamentação das áreas de titulação e autorização ambiental para as roças tradicionais
Agências de Viagens e Estudo do Meio Principalmente da cidade de São Paulo	Negociação com o mercado, formatação de pacotes turísticos (preço e acesso ao quilombo).
Pesquisadores	Comunicação Científica, mediador de conflitos, benefícios mútuos entre conhecimento científico e notório saber das comunidades.

FONTE: Trabalho de Campo (2015-2016).

rais. Assim, os jovens são importantes agentes de conservação e dos patrimônios e de transformação voltada para o aprimoramento constante do turismo de base comunitária, como sendo um bem comum a todos (comunidades e visitantes).

4. Considerações finais

A análise da comunidade quilombola a partir do TBC e da gestão do turismo como um bem comum (Ostrom, 1990) revela a importância do papel dos jovens na continuidade e das lideranças locais na consolidação do turismo. Revela também que este turismo coletivo e voltado para a sustentabilidade contribui para o resgate, a valorização e a conservação do patrimônio natural-cultural.

As lideranças mais velhas (acima de 60 anos) são os guardiões do turismo na comunidade, responsáveis pela implantação e consolidação desta iniciativa. A viabilidade da atividade se deu por conta do acúmulo de capital social advindo da mobilização social em prol das terras coletivas para a agricultura, bem como na luta coletiva pelo reconhecimento oficial de seus territórios, o diálogo constante com as instâncias governamentais e setor privado.

Nos âmbitos federal e estadual, o conjunto de regras relacionadas com a legislação dos territórios quilombolas foi fundamental para a consolidação do TBC de Ivaporunduva. No âmbito local, a associação comunitária atuou de forma a garantir um sistema participativo de tomada de decisão na regulação das condições de acesso dos visitantes e do gerenciamento como um todo da atividade turística da comunidade. Após anos de experiências, acertos e erros, a comunidade apresenta um arranjo institucional estruturado com a elaboração de regras

próprias que abrangem tanto as etapas de gestão do turismo quanto à gestão da comunidade em si.

Este estudo aponta para a importância de que o turismo precisa de um arranjo institucional local bem definido, porém flexível para ser ajustado conforme a necessidade e de estímulos empreendedores e educacionais, por meio da formação de capital humano, principalmente voltada para os jovens, que são os gestores locais atuais e do futuro. Por fim, o turismo de base comunitária pode também contribuir para atrair e fixar os jovens em suas comunidades, tendo como perspectivas a sua atuação em um turismo sustentável, o qual abarca preocupações com a conservação dos patrimônios culturais e naturais e um turismo mais inclusivo e compartilhado, compatível com a agenda socioambiental do século 21 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Referências

- Adams, C.; Munari, L. C.; Vliet, N. V.; Murrieta, R. S. S.; Piperata, B.A.; Futemma, C.; Pedroso Jr., N. N.; Taqueda, C. S.; Crevelaro, M. A.; Spressola-Prado, V. L. Diversifying incomes and losing land scape complexity in quilombola shifting cultivation communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). *Human Ecology*, 41, 119-137, 2013. doi:10.1007/s10745-012-9529-9
- Almeida, J. A. *Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia*. Brasília: Mec/Abea, 1989.
- Andrade, A. M.; Tato, N (Org.). *Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.
- Bartholo, R; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- Bauman, Z.; May, T. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*.

- gia. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- Beni, M. C. Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do Turismo. *Revista Turismo em Análise*, 17(1), 5-22, 2006. doi:10.11606/issn.1984-4867.v17i1p5-22
- Bennell, P. Promoting livelihood opportunities for rural youth. *Knowledge and skills for development paper*. IFAD. 2007. Disponível em: <<http://<https://www.yumpu.com/en/document/read/21836351/promoting-livelihood-opportunities-for-rural-youth-ifad>>> Acesso em: abr. 2020
- Bollier, D. *The quiet realization of Ivan Illich's ideas in the contemporary commons movement*. 2013.
- Braga, A. C. R.; Futemma, C.; Castro, F. Políticas Ambientais para Unidades de Conservação no Estado de São Paulo. In: Castro, F.; Futemma, C. (Orgs.). *Governança Ambiental no Brasil: entre o socioambientalismo e a economia verde*. 1ed. Jundiaí, SP: PACO, 2015, p. 207-235.
- Briassoulis, H., Sustainable tourism and the question of commons. *Annals of Tourism Research*, 29(4), 1065-1085, 2002. doi: 10.1016/S0160-7383(02)00021-X
- Chambers, E. *Native tours: the anthropology of travel and tourism*. Illinois: Waveland Press, 2000.
- CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. *Tombamento da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Ivaporunduva*. 2020. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/capela-nossa-senhora-do-rosario-dos-homens-pretos/>> Acesso em: jul. 2020
- Costa, R. C.; Futemma, C. Racionalidade com compromisso: o caso do Ribeirão Bonito - Pontal do Paranapanema (SP). *Ambiente e Sociedade*, 9(1), 127-148, 2006. doi: 10.1590/S1414-753X2006000100007
- Cruz, F. P. *O lugar do turismo no Programa Brasil Quilombola - PBQ*: a experiência construída no Quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira-SP. Brasília, Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – UnB, 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- ISA – Instituto Socioambiental. *Quilombolas do Vale do Ribeira obtêm do governo de SP autorização para plantar suas roças tradicionais*. 2020. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/quilombolas-do-vale-do-ribeira-obtem-do-governo-de-sp-autorizacao-para-plantar-suas-rocas-tradicionais>>. Acesso em: mai. 2020.
- ITESP – Fundação Instituto de Terra do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. *Relatório Técnico-Científico Quilombo de Ivaporunduva*. ITESP, 1998.
- Fundação Florestal. *Planos de Manejo*. 2020. Disponível em: <http://fflorestal.sp.gov.br/pagina-inicial/planos-de-manejo/>. Acesso em: mar. 2020.
- Futemma, C.; Munari, L. C.; Adams, C. The Afro-Brazilian collective land: analyzing institutional changes in the past 200 years. *Latin American Research Review*, 50, 26- 48, 2015. doi:10.1353/lar.2015.0059.
- Freitas, M.V. *Juventude e adolescência no Brasil*: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- Gohn, M. G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, 21(54), 439-55, 2008.
- Hess, C. *Mapping the New Commons*. Natural Resources Law Policy. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1356835>>. Acesso em: mar. 2020.
- Hess, C.; Ostrom, E. *Understanding knowledge as a commons*: from theory to practice. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2007.
- Hodkinson, P. Youth cultures: A critical outline of key debates. In: Hodkinson, P.; Deicke, W. (Orgs.). *Youth cultures*: scenes, subcultures and tribes. New York: Ed. Routledge, 2007.
- Hogan, D. J.; Do Carmo, R. L.; Alves, H. P.; Rodrigues, I. A. Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. *Ambiente & Sociedade*, 3(4), 151–175, 1999.
- Joly, C.A., Aidar, M.P.M., Klink, C.A., McGrath, D.G., Moreira, A.G., Moutinho, P., Nepstad, D.C., Oliveira, A.A.,

- Pott, A., Rodal, M.J.N.; Sampaio, E.V.S.B. Evolution of the Brazilian phytogeography classification systems: implications for biodiversity conservation. *Ciência e Cultura*, 51(5-6), 331-348, 1999.
- Leff, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. *Olhar de professor*, 14(2), 309-335, 2011.
- Lopes, C.; Pontuschka, N. N. Estudo do meio: teoria e prática. *Geografia*, 18(2), 173-191, 2009.
- Malinowski, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- Manfredo, M.T. *Turismo na Amazônia: elementos culturais, conflitos e imaginários envolvendo a região de Manaus*. Campinas, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, 2017.
- Marconi, M. de A; Lakatos, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Marsden, T. *The condition of rural sustainability*. Assen, Netherlands: Royal Van Gorcum, 2003.
- Martins, A. B. M. *A experiência de turismo do Quilombo Ivaporunduva, Eldorado, São Paulo*: análise dos elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – USP, 2015.
- Martins, M. R. *Turismo Sustentável*: o protagonismo da juventude e a conservação do patrimônio natural-cultural do quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. Campinas, Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – UNICAMP, 2018.
- Martins, M. R.; Futemma, C. R. T. O Jovem e o Turismo Rural: O Caso do Assentamento Ipanema, Estado de São Paulo. *Sociedade e desenvolvimento rural*, 6, 52-64, 2012.
- Martins, M. R.; Futemma, C. R. T. A inserção da juventude no turismo no espaço rural e a construção da hospitalidade local: o caso do Assentamento Ipanema (Iperó-SP). *Revista Turismo em Análise*, 24, 601-626, 2013. doi: 10.11606/issn.1984-4867.v24i3p601-626
- May, T. *Pesquisa social*: questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 2004.
- Minayo, M. C. S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- Munari, L. C. *Memória social e ecologia histórica*: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local, São Paulo. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Ciências) – USP, 2010.
- Myers, N.; Mittermeier, R.A.; Mittermeier, C.G.; Da Fonseca, G.a.; Kent, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403(6772), 853-858, 2000. doi: 10.1038/35002501
- Nascimento, A. S. Juventude Rural na Amazônia: Mobilidade de Jovens Rurais entre o lote e a sede de Rorainópolis/ RR. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, 2(3), 49-70, 2013. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienziassociais/article/view/348>
- Neale, W. C. El mercado en la teoría y la historia. In: Polanyi, K.; Arensberg, C.; Pearson, W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976.
- North, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- O'Dwyer, E. C. *Terra de Quilombo*. Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995.
- Okasaki, E. A. Community-based tourism model: its conception and use. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(5), 511-529, 2008.
- Oliveira, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, Vozes, 2007.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Rocca, 2001.
- Ostrom, E. *Governing the commons*: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.
- Ostrom, E. *Self governance and forest resources*. Occasional paper n° 20. Bogor: Cifor, 1999a.
- Ostrom, E. Coping with tragedies of the commons. *Annual Review of Political Science*, 2, 493-535, 1999b.
- Ostrom, E. *Understanding institutional diversity*. Princeton,

- NJ: Princeton University Press, 2005.
- Ostrom, E.; Gardner, R.; Walker, J. M. *Rules, games, and common-pool resources*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.
- Panossa Netto, A.; Gaeta, C (Orgs.). *Turismo de experiência*. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2010.
- Pasinato, R.; Adams, C. *É hora de tratar a roça quilombola com o devido respeito*. Tema: Roças Quilombolas do Vale do Ribeira (SP). 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/%C3%89-hora-de-tratar-a-o-C3%A7aquinombola-com-o-devido-respeito>>. Acesso em: mar. 2020.
- Polányi, K. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. *Revista Trimestral de Historias e Idéias*, 1, 7-19, 1978.
- Poteete, A. R.; Ostrom, E; Janssen, M. A. *Trabalho em parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos*. Tradução Rogério Berttoni. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- Putnam, R. D. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton University Press, Princeton, 1993.
- Queiroz, R. S. *Caipiras negros no Vale do Ribeira*. Um estudo de antropologia econômica. São Paulo: EDUSP, 2006.
- Ribeiro, M. C.; Metzger, J.P.; Martensen, A.C.; Ponzoni, F.J.; Hirota, M.M. The Brazilian Atlantic Forest: how much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. *Biological Conservation*, 142, 1141-1153, 2009. doi: 10.1016/j.biocon.2009.02.021
- Ribeiro Filho, A. A. *Impactos do sistema agrícola itinerante sobre os solos de remanescente de Mata Atlântica com uso e ocupação por comunidades quilombolas no Vale do Ribeira (São Paulo, Brasil)*. São Paulo, Tese (Doutorado em Ecologia: Ecossistemas Terrestres e Aquáticos) – USP, 2015.
- Rifkin, J. *The zero marginal cost: the internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism*. New York: Palgrave Macmillian, 2014.
- Santos, K. M.; Tatto, N. *Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.
- Salgueiro, V. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*. 22(44), 289-310, 2002. doi: 10.1590/S0102-01882002000003
- Sinnott, R.; Lyons, P. *Democratic participation and political communication in systems of multi-level governance*: report prepared for the European Parliament task force on voter participation in 2004 elections to the European Parliament, 2003. Disponível em: <<http://www.ucd.ie/dempart/working-papers/stateofheart.pdf>>. Acesso em: mar.2020.
- Swarbrooke, J. *Turismo sustentável: conceitos e impactos ambientais*. São Paulo: Aleph, 2000.
- Tan, E. Human Capital Theory: A Holistic Criticism. *Review of Educational Research*, 84(3), 411-445, 2014. doi:10.3102/0034654314532696
- Taylor, G. The community approach: Does it really work? *Tourism Management*, 16(7), 487-489, 1995. doi: 10.1016/0261-5177(95)00078-3
- Tönnies, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: Fernandes, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, p. 96-116, 1973.
- Triviños, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *World heritage forests: leveraging conservation at the landscape level*. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_21_en.pdf> Acesso em: mar. 2020.
- UNWTO – World Tourism Organization. *International Year of Sustainable Tourism for Development*. 2016. Disponível em: <<http://www.tourism4development2017.org/>>. Acesso em: ago. 2018.
- Urry, J. *O Olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 2001.
- Weber, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: Fernandes, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, p. 140-143, 1973.

-
- Wilson, G. A. From ‘weak’ to ‘strong’ multifunctionality: Conceptualising farm-level multifunctional transitional pathways. *Journal of Rural Studies*, 24, 367–383, 2008. doi: 10.1016/j.jrurstud.2007.12.010
- Woortmann, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UnB, 1995.
- Woortmann, E. F. *Significados da terra*. Brasília: Editora UnB, 2004.
- Yabuta, M. The World Heritage in Danger: Tourism and Governance. *Economic Review*, 51(3-4), 209-244, 2011.
- Yin, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Brookman, 2010.